

A. V. Tchayanov

Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924)

APRESENTAÇÃO

Na introdução ao seu estudo Sobre a Articulação dos Modos de Produção, Pierre-Philippe Rey escreve, pensando no feudalismo: «Nem mais nem menos que todo um modo de produção, com os seus exploradores — os proprietários fundiários — e os seus explorados, que não eram nem os capitalistas nem os operários, mas os pequenos camponeses e pequenos rendeiros. É justamente esse modo de produção que conviria ‘examinar em particular’, da mesma maneira que o capitalismo, antes de ‘examinar as suas relações recíprocas’.»¹ Segundo Rey, portanto, a teoria da articulação dos modos de produção supõe um exame tão atento dos modos de produção não capitalistas como aquele a que Marx submeteu o MPC.

Foi no sentido de ir respondendo a este requisito teórico que nos pareceu valer a pena revelar ao leitor de língua portuguesa este velho texto de Tchayanov, socioeconomista rural russo dos princípios do século xx. A versão que hoje apresentamos chega-nos por intermédio do grupo de trabalho que Samir Amin anima em Dacar, no Senegal, e que utilizara, por sua vez, a versão americana de D. Thorner, R. E. F. Smith e B. Kerblay. É aliás através deste último autor que, sobretudo, ultimamente a vida e obra de Tchayanov têm voltado à cena dos estudos rurais^{2,3}. No texto apresentado a seguir, Tchayanov chama efectivamente a atenção para a necessidade de elaborar uma teoria para cada sistema económico não capitalista, e depois no final, de contemplar teoricamente aquilo que ele designa como o problema da coexistência de diferentes sistemas económicos e que nós tendemos hoje a designar por teoria da articulação dos modos de produção.

Nascido em 1888, Alexandre Vassilievitch Tchayanov pertence à geração daqueles que, como Nikolai Bukhárin, não tinham ainda 30 anos em 1917. Já então, porém, o jovem agrónomo tinha atrás de si obra de certa envergadura que o apontava como um dos expoentes da «escola organizacional — produtiva», a qual se distinguia simultaneamente da escola populista e da escola marxista, pois, enquanto estas, no seu dizer, punham

¹ *Les alliances de classe: «sur l'articulation des modes de production»* suivi de «matérialisme historique et luttes de classe», ed. Maspero, Paris, 1973, pp. 25-26.

² Basile Kerblay, «Chayanov and the theory of peasantry as a specific type of economy», in Teodor Shanin (editor), *Peasants and Peasant Societies*, Penguin Modern Sociology Readings, Harmondsworth, 1971, pp. 150-160. B. Kerblay, «A. V. Chayanov: un carrefour dans l'évolution de la pensée agraire en Russie de 1908 à 1930», in *Cahiers du Monde Russe et Soviétique*, Outubro-Dezembro de 1964, Paris, pp. 411-460.

apenas o problema da propriedade e da distribuição da terra, os «organizacionais-produtivas» insistiam na necessidade de acompanhar as reformas sociais com inovações organizativas, como as cooperativas, e inovações técnicas, como o uso de fertilizantes, gado e sementes seleccionadas, etc.

Depois da Revolução, Tchayanov desempenhou importante papel nas instâncias agronómicas estatais, dirigindo nomeadamente o Instituto de Economia Agrária. Teórico, antes de mais, da exploração camponesa familiar, isto é, exploração que não compraria nem venderia senão excepcionalmente força de trabalho assalariada, Tchayanov publicou mesmo, em 1920, sob o pseudónimo de Ivan Kremnev, um texto de inspiração anarco-populista intitulado Viagem do Meu Irmão Alexis ao País da Utopia Camponesa e situado num imaginário Moscovo de 1984, onde o «Partido Camponês do Trabalho» teria tomado o poder após a queda dos bolcheviques devido ao fracasso da colectivização.

Tchayanov não se opõe à planificação económica, antes contribui, desde esse mesmo ano de 1920, com os Elementos de Um Método de Cálculo-Não-Monetário para a elaboração do esquema de planificação «em géneros». É no entanto adepto declarado da cooperação, em oposição à colectivização e, com excepções (por exemplo, cereais), às grandes herdades estatais. Nesta medida, por meados dos anos 20, Tchayanov não se afasta muito da linha preconizada por Lenine nos seus textos de Janeiro de 1923 sobre a cooperação, linha apoiada ainda em Maio de 1925 por Zinoviev e Bukhárin.

Para os finais dos anos 20, com a viragem da política soviética relativamente à agricultura e ao campesinato, Tchayanov e os seus seguidores vão caindo sob as críticas dos teóricos do Partido, que nessa altura o rotulam de «neopopulista», apesar das remodelações que o próprio Tchayanov tinha vindo a introduzir nas suas teses sobre a dimensão máxima óptima das herdades estatais. Com a liquidação da chamada corrente direitista (nomeadamente Bukhárin), o fosso entre as directivas partidárias e as posições de Tchayanov cavou-se irremediavelmente. Em 1930, Tchayanov é acusado de «conspiração contra-revolucionária», juntamente com um grupo de cientistas, como Kondratiev e Groman, e deportado. Em 1932 parece que vivia ainda no Cazaquistão, mas ignora-se ao certo a data da sua morte...

M. V. C.

A. V. Tchayanov

TEORIA DOS SISTEMAS ECONÓMICOS NÃO-CAPITALISTAS (1924)

Na teoria moderna da economia nacional tornou-se corrente considerar quase todos os fenómenos económicos exclusivamente segundo o vocabulário próprio de uma economia capitalista. Todos os princípios da nossa teoria — renda, capital, preço e outras categorias — foram elaborados no âmbito de uma economia baseada no trabalho assalariado e visando a maximização dos lucros (isto é, a maior porção possível da fracção do rendimento bruto que subsiste depois de se deduzirem os custos de produção materiais e os salários). Os outros tipos — não-capitalistas — de vida económica são considerados destituídos de importância ou em vias de desaparecimento; de qualquer modo, considera-se que não têm qualquer influência nos problemas fundamentais da economia moderna e, por conseguinte, que não apresentam qualquer interesse teórico.

Temos de aceitar tal tese, dada a indiscutível dominação exercida pelo capital financeiro e comercial nas trocas mundiais, assim como o papel incontestável que desempenha na organização actual da economia mundial, mas não devemos de modo algum estender tal tese a todos os fenómenos da nossa vida económica. Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão económica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um sector muito vasto da vida económica (mais precisamente: a maior parte da esfera de produção agrícola) baseia-se, não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados³.

Uma exploração desse tipo tem razões muito precisas para se entregar à actividade económica; tem também uma concepção muito especial das possibilidades de lucro. Sabemos que a maior parte das explorações camponesas que se encontram na Rússia, na China, na Índia, na maioria dos estados não europeus e até em muitos estados europeus ignoram as categorias de trabalho assalariado e de salário. Mesmo superficialmente, uma análise teórica das estruturas económicas destas explorações basta para mostrar que os seus mecanismos económicos específicos nem sempre entram no âmbito da economia clássica nem na teoria moderna da economia nacional que daí decorre. Temos de ultrapassar esse quadro conceptual da economia nacional se quisermos efectuar uma análise teórica do nosso *passado* económico.

Sistemas passados houve, como a servidão na Rússia ou a escravatura na América, que colocam o problema de saber se os conceitos do pensamento económico contemporâneo (capital, lucro, renda, salário) lhes são aplicáveis. Enquanto categoria económica no sentido moderno do termo, o salário estava evidentemente ausente dos sistemas que acabámos de citar; com ele desaparece também o conteúdo teórico habitual das outras categorias do nosso sistema económico nacional, pois a renda e o juro, enquanto construções teóricas, estão indissoluvelmente ligados ao salário. Além disso, uma observação deste género permite-nos adquirir uma categoria totalmente ignorada pela economia moderna: o preço dos escravos.

Encontramo-nos numa situação ainda mais difícil quando nos confrontamos com os sistemas económicos dos povos primitivos. Nesses sistemas, uma categoria de base tal como o preço de mercado (fundamental para o nosso pensamento económico) é muitas vezes inexistente. Daí que a estrutura económica do colonato romano, ou a economia natural dos povos primitivos, se mantenham completamente fora do pensamento económico actual. Mesmo no que respeita à Idade Média, teríamos dificuldade em analisar a formação dos preços socorrendo-nos unicamente dos conceitos de que dispomos actualmente. Como calcular, por exemplo, o preço dos produtos que o senhor feudal recebe a título de pagamento em géneros e que exporta para serem vendidos em mercados distantes?

A escola histórica teve, sem dúvida, o grande mérito de descrever o passado económico (em particular o passado germano-romano e o mundo da Antiguidade) e de ter desvendado em pormenor a sua morfologia.

³ Na versão americana donde foi feita a versão francesa de que estamos a traduzir o presente texto, os termos *family economic unit*, *labor economic unit*, *family labor economic unit* e *labor family* designam todos eles a exploração de uma família de camponeses ou de artesãos que não empregam assalariados e que só utilizam o trabalho dos seus próprios membros. [Nota de Ph. Couty, actualizada por M. V. C.]

Porém, mesmo a descrição mais exacta e mais minuciosa é incapaz, enquanto tal, de fornecer uma teoria dos factos económicos descritos. Ora a ciência tem necessidade urgente de uma análise teórica do nosso passado económico; seria preciso, para cada um dos tipos económicos que já descrevemos em parte, construir um sistema económico que correspondesse aos seus traços específicos. Parece-me que uma investigação orientada nesse sentido poderia desembocar em resultados importantes, embora possa ser tomada por uma recolha de antiguidades feita por amadores. A título de paleontologia económica, essa investigação não só faria progredir a análise comparativa dos sistemas existentes, como seria também de grande utilidade prática para a política económica. O tipo da *exploração baseada no trabalho familiar* (que definiremos de modo mais pormenorizado dentro em pouco), assim como outros tipos mais antigos, existem ainda hoje em grande número fora da Europa. Uma análise teórica que utilizasse categorias adequadas às características desses tipos seria de uma utilidade maior para a política colonial do que as tentativas feitas para adaptar a economia do Zambeze ao leito de Procusto das categorias económicas da moderna escola de Manchester!

É pena que nem Aristóteles nem os outros autores antigos nos tenham deixado uma *teoria* económica, no sentido que hoje damos à expressão, relativa à realidade económica do seu tempo. Os Pais da Igreja, contemporâneos do regime feudal, trataram muitas vezes de problemas económicos nas suas obras, mas, como se sabe, consagraram toda a sua atenção ao aspecto moral da vida económica. A literatura económica russa da viragem do século XVII para o século XVIII, tal como as obras de Sylvester, Pozoskov e Volinskii, tratava sobretudo de assuntos da economia privada ou de problemas de administração pública. Nem a economia americana da escravatura nem a da servidão na Rússia nos deixaram uma teoria económica completa correspondente às suas estruturas. Dadas as limitações dos nossos conhecimentos em matéria de literatura japonesa e chinesa, não podemos ajuizar das suas tentativas teóricas para explicar as formas passadas da vida económica. Visto que as épocas passadas negligenciaram a elaboração das teorias relativas aos seus próprios sistemas económicos, somos obrigados a tentar construí-las nós próprios.

Sabemos que a chave da vida económica na sociedade capitalista consiste na fórmula seguinte, utilizada para calcular as possibilidades de lucro: uma empresa é considerada lucrativa se o seu rendimento bruto, Rb, deduzidas as despesas em capital circulante (custos materiais anuais, Cm, e salários, S), constitui uma soma igual ou superior ao total do capital constante e circulante da empresa, Ca, afectado de um juro calculado segundo a taxa em vigor no país e na época considerados, j:

$$Rb - (Cm + S) \geq Ca \times \frac{j}{100}$$

Todos os cálculos da economia teórica começam implícita ou explicitamente por esta fórmula. Os elementos dessa fórmula — a saber, o valor de troca (preço de mercado) do rendimento bruto e dos custos materiais de produção, os salários e o juro do capital — não são, no caso estudado, grandezas acidentais que dizem respeito à economia privada, mas sim fenómenos fundamentais inerentes a uma ordem social e económica. A teoria

da economia nacional tem por conteúdo e por objecto a explicação científica desses fenómenos.

A teoria económica da sociedade capitalista moderna é um sistema complexo de categorias económicas: preço, capital, salário, juro, renda — todas elas estreitamente ligadas umas às outras, determinando-se mutuamente e funcionalmente interdependentes. Se se tirar uma pedra a esta construção, todo o edifício se desmorona. Na ausência de qualquer destas categorias, todas as outras perdem o seu carácter específico e o seu conteúdo conceptual; já não podem sequer ser definidas quantitativamente.

Por exemplo, não se pode aplicar, com o seu sentido habitual, qualquer das categorias económicas enumeradas acima a uma estrutura económica destituída da categoria preço, isto é, um sistema completo de unidades funcionando em economia natural e servindo exclusivamente para satisfazer as necessidades das famílias de trabalhadores ou outras comunidades. Em economia natural, a actividade económica humana é dominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção isolada — a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade económica, o produto qualitativamente correspondente *em géneros*.

Nessa altura só se podem calcular (medir) as quantidades tendo em conta a extensão de cada necessidade: há ou não bastante, ou em que medida há falta — eis o género de cálculo possível nestes casos. Dada a elasticidade das próprias necessidades, não é sequer indispensável que este cálculo seja muito exacto. Por conseguinte, a questão das comparações entre os caracteres mais ou menos lucrativos de diversas despesas não se põe: por exemplo, saber se seria mais lucrativo ou mais vantajoso plantar cânhamo ou erva. Estes produtos vegetais não são alternativos, não se podem substituir um ao outro: não lhes pode, portanto, ser aplicado um padrão comum.

De tudo isto resulta que, em economia natural, a vida económica, a distinção entre o que é económico e o que é lucrativo, as «leis» estranhas que regulam a vida social, se apresentam de modo muito diferente das ideias e princípios fundamentais da nossa economia, tal como são correntemente expostos nos manuais. Só quando a economia monetária e a economia de troca se desenvolvem é que a gestão perde o seu carácter qualitativo. O interesse pela quantidade pura passa então para primeiro plano — a preocupação de obter a quantidade máxima, a qual, graças à troca, pode revestir, aliás, qualquer forma. À medida que a troca e a circulação monetária aumentam (portanto, que a economia se torna uma economia de *mercadorias*), a quantidade torna-se cada vez mais independente da qualidade e do significado específico desta última perante certas procuras. A categoria preço torna-se a mais importante; associada às outras categorias existentes, constitui o sistema económico de que trata a economia política.

A economia teórica também é ameaçada quando uma categoria desaparece do sistema: por exemplo, a categoria salário. Suponhamos que, entre todos os sistemas económicos possíveis aos quais falta a categoria do salário, escolhemos um em que existem a troca e o crédito — portanto, as categorias preço e capital. Poderia tratar-se, por exemplo, de um sistema de explorações camponesas e artesanais baseadas no trabalho familiar e ligadas

umas às outras por processos de trocas monetárias. Mesmo em tal caso, não deixaríamos de constatar que a estrutura de tal economia se situa fora dos sistemas conceptuais adaptados à economia da sociedade capitalista.

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantidade de bens. Uma olhadela apenas para a estrutura interna desta exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria do salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias económicas no sentido capitalista do termo.

O camponês ou o artesão que gerem a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, por outras palavras, o produto do trabalho desta família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objectivamente o rendimento. Posto que o fenómeno social do salário não existe, também não existe o fenómeno social do lucro líquido. É portanto impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro.

Naturalmente, temos de acrescentar que este produto indivisível do trabalho não é sempre o mesmo para todas as explorações familiares. Haverá variações segundo a situação do mercado, a localização da exploração relativamente aos mercados, as disponibilidades em matéria de factores de produção, a dimensão e a composição da família, a qualidade do solo, assim como todas as outras condições de produção próprias à exploração. Porém, como veremos mais adiante, o excedente obtido pela exploração devido a uma melhor localização, ou a disponibilidades relativamente melhores em matéria de factores de produção, não é idêntico nem em géneros nem em quantidade à renda ou ao juro do capital na economia capitalista.

A importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e — o que é particularmente importante — pelo grau de auto-exploração, graças ao qual os activos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano.

Minuciosos estudos empíricos relativos às explorações camponesas da Rússia e de outros países permitiram-nos verificar a seguinte tese: o grau de auto-exploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho ⁴.

⁴ Tchayanov utilizou um termo russo, *tyagostnost*, para designar os *inputs* de trabalho subjectivamente avaliados pelo camponês. Poderia traduzir-se por *labouriousness* ou *irk someness* (penosidade, incómodo devido ao trabalho), mas o termo *drudgery* (fadiga atribuível ao trabalho) parece preferível e tem a vantagem de ser etimologicamente conforme à expressão russa. [Nota dos tradutores americanos retomada na tradução francesa].

Cada rublo suplementar de produto obtido pelo trabalho familiar pode ser encarado de dois pontos de vista: por um lado, dado o seu significado relativamente ao consumo, do ponto de vista das necessidades familiares; por outro lado, do ponto de vista da fadiga mediante a qual aquele rublo foi ganho.

É evidente que, quando se aumenta o produto mediante um trabalho penoso, o significado que se atribui, do ponto de vista do consumo, a cada novo rublo ganho adquire um valor cada vez menor; por outro lado, a fadiga devida ao trabalho, aumenta e exige uma auto-exploração cada vez maior. Enquanto não é atingido o equilíbrio entre estes dois elementos assim calculados, isto é, enquanto a fadiga devida ao trabalho é subjectivamente considerada como menor do que a intensidade das necessidades para cuja satisfação se suporta o trabalho, a família que trabalha sem o concurso de assalariados tem toda a razão em prosseguir a sua actividade económica. Assim que esse equilíbrio é atingido, porém, a continuação do trabalho deixa de ter sentido, visto que custa mais ao artesão ou ao camponês prosseguirem o trabalho do que abandonarem as vantagens económicas decorrentes do mesmo trabalho.

No nosso estudo, assim como nos trabalhos de A. N. Chelintsev, N. P. Makarov e B. D. Brutskus, mostra-se que o momento desse equilíbrio varia muito. É da seguinte maneira que se atinge: por um lado, a partir das condições específicas da unidade de produção, da sua situação no plano do mercado e da sua localização relativamente aos locais de troca (tudo isto determina o grau de esforço fornecido); por outro lado, a partir da dimensão e da composição da família, bem como do carácter mais ou menos urgente das suas exigências — dados que determinam o nível de consumo.

Assim, de um aumento de produtividade do trabalho resulta a obtenção de uma idêntica quantidade de produto com menos trabalho. Isto permite à unidade económica aumentar a produção e satisfazer inteiramente a procura familiar. Por outro lado, quanto mais a família estiver sobrecarregada de pessoas incapazes de trabalhar, maior é o significado de cada rublo de rendimento bruto do ponto de vista do consumo. Isso torna necessário intensificar a auto-exploração da força de trabalho familiar, a fim de que o nível de vida da família, ameaçado por uma procura acrescida, possa até certo ponto manter-se.

Com base nas considerações anteriores, a exploração camponesa familiar tem de tirar partido da situação do mercado e das condições naturais, de molde a assegurar à família um equilíbrio interno compatível com o máximo bem-estar possível. Tal objectivo é atingido introduzindo no plano de organização da exploração um investimento em trabalho suficiente para permitir uma remuneração por unidade de trabalho que seja a mais elevada possível.

Assim, o cálculo aritmético objectivo do lucro líquido mais elevado possível, numa dada situação do mercado, não faz com que tal iniciativa económica seja aceitável ou não. Tal iniciativa será determinada pelo confronto económico interno de avaliações subjectivas. Entra-se todavia em linha de conta com as condições objectivas particulares de unidade económica.

Uma unidade económica que funcione segundo os princípios expostos acima nem por isso tem de manifestar um comportamento económico extravagante, pois geralmente as decisões que permitem a mais elevada remuneração por unidade de trabalho investida e as que garantem a uma explo-

ração capitalista o mais alto lucro líquido são mais ou menos as mesmas. Os estudos empíricos mostram, porém, que, em numerosos casos, as particularidades estruturais da exploração familiar camponesa baseada no seu próprio trabalho a levam a abandonar o comportamento ditado pela fórmula habitualmente utilizada para o cálculo do lucro capitalista.

Diferenças desse tipo manifestam-se, por exemplo, em regiões de povoamento denso, onde a penúria de terras não permite à família camponesa desenvolver a sua plena capacidade de trabalho segundo formas de organização ótimas, isto é, fornecendo uma remuneração máxima ao trabalho. Para a exploração capitalista, essas formas ótimas de organização — traduzindo uma intensificação da actividade — são uma norma absoluta. Sempre que há uma nova intensificação, o efeito de *input* de trabalho suplementar diminui regularmente segundo a lei dos rendimentos decrescentes; o lucro líquido, portanto, diminui também. Nas explorações não capitalistas com falta de terras, a preocupação de satisfazer as necessidades anuais constrange, pelo contrário, a família a uma intensificação cuja lucratividade diminui. Os membros da família obtêm um aumento de produto anual total do trabalho à custa de uma diminuição do rendimento por unidade de trabalho.

O prof. E. Laur, por exemplo, estudou explorações suíças de fraca superfície. Triplicando a sua intensidade de exploração, estas pequenas quintas aceitaram uma grande perda de rendimento por unidade de trabalho, mas conseguiram utilizar plenamente a sua capacidade de trabalho e alimentar as famílias. Do mesmo modo, pequenas explorações do Norte e do Oeste da Rússia aumentaram a sua produção de batatas e de cânhamo, especulações cujo rendimento é muitas vezes menor do que o da aveia, mas que exigem mais trabalho e, por conseguinte, aumentam o produto bruto da exploração familiar.

Por outras palavras, uma unidade capitalista não pode aumentar a intensidade da sua actividade para lá do limite fixado pela sua capacidade óptima, a não ser que uma modificação do mercado desloque esse óptimo no sentido de um aumento de intensidade. Na exploração baseada no trabalho familiar, a intensificação pode também verificar-se sem que surja essa alteração do mercado, por causa simplesmente da pressão de forças internas, a maior parte das vezes devida a uma relação desfavorável entre a dimensão da família e a superfície cultivada. As características particulares atribuídas acima à exploração baseada no trabalho familiar pesam sobre todo o sistema económico se este é exclusivamente baseado na economia familiar e se, por conseguinte, a categoria do salário está ausente desse sistema.

Esta particularidade ressalta claramente quando se analisa a renda económica [diferencial] nas condições de uma exploração baseada no trabalho familiar. Enquanto categoria de rendimento económico objectivo obtido depois de os custos materiais de produção, os salários e o juro habitual do capital terem sido deduzidos do rendimento bruto, a renda não pode existir na exploração familiar, visto os outros factores estarem ausentes. No entanto, os factores que estão normalmente na origem da renda, tais como a qualidade do solo ou a localização relativamente ao mercado, *também* existem sem dúvida nas explorações baseadas no trabalho familiar que produzem

bens com vista à venda. Esses factores devem ter por resultado o aumento do produto e o pagamento da unidade de trabalho.

Uma análise mais aprofundada permite chegar aos seguintes resultados: o produto do trabalho familiar, único e indivisível, e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar não aumentam de maneira tão marcada como o rendimento da exploração capitalista influenciada pelos mesmos factores. Com efeito, o trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os factores económicos internos da sua exploração, isto é, diminui a auto-exploração da sua capacidade de trabalho. Satisfaz as exigências da família de maneira mais completa despendendo menos trabalho e diminuindo portanto, globalmente, a intensidade técnica da sua actividade económica.

Segundo os Profs. A. N. Chelintsev e N. P. Makarov, esse factor renda, manifestado por um nível de prosperidade ligeiramente melhorado, não pode existir de modo duradouro, pois as regiões que beneficiam dessa situação atraem inevitavelmente a população das regiões menos favorecidas. As superfícies das explorações individuais vão-se reduzindo, o que as força a intensificar a sua actividade; a prosperidade vai sendo levada ao seu nível tradicional habitual.

Se, nessas circunstâncias, as terras começam a ser arrendadas ou vendidas livremente, o preço da terra não se pode naturalmente estabelecer capitalizando a renda, pois a própria categoria de renda (tal como a entendemos hoje) não existe no sistema económico que acabámos de estudar. Todavia, num mercado fundiário que utilize a moeda, as propriedades não mudam de mãos gratuitamente. Encontramo-nos, pois, perante o problema económico fundamental da exploração familiar: como se estabelece o preço da terra? Quanto é que a exploração camponesa pode pagar para obter terra? Por que preço a venderá?

Podemos responder a estas perguntas se as abordarmos armados com o conceito específico de lucratividade que definimos para a exploração baseada no trabalho familiar. Tal conceito leva à conclusão de que o arrendamento ou compra da terra só são vantajosos para a família camponesa se, graças a essas operações, ela puder atingir um equilíbrio económico coincidente com um nível de vida melhor ou com um menor dispêndio de trabalho.

As explorações camponesas que dispõem de uma grande quantidade de terra e que, por consequência, podem utilizar a capacidade total de trabalho da família, levando a actividade agrícola a um grau de intensidade óptimo, não precisam de arrendar ou comprar terra. Qualquer despesa neste capítulo parece irracional, pois não só não melhora a prosperidade da família, como diminui os seus recursos. Se uma família só dispõe de uma parcela na qual a sua força de trabalho apenas é utilizada parcialmente, é muito importante para ela adquirir superfícies suplementares, a fim de utilizar a força de trabalho não empregue; assim, a intensidade da actividade poder-se-á aproximar do óptimo e as horas anteriormente desperdiçadas numa inactividade forçada poderão então ser utilizadas. Nestes dois casos, o aumento da remuneração por unidade de trabalho e o aumento da prosperidade que daí decorre podem ser suficientemente consideráveis para permitir à exploração familiar cobrir as despesas do arrendamento ou da compra com uma grande parte do produto bruto da nova parcela adquirida.

Podemos mesmo dizer, sem nos determos no paradoxo aparente, que quanto mais a exploração camponesa está pronta a adquirir terra, menos possui já, portanto mais pobre é. Em conclusão, temos de considerar que o preço da terra, enquanto categoria objectiva, depende de uma dada situação do mercado fundiário, isto é, da importância e da urgência da procura de terra por parte dos camponeses mal fornecidos e da oferta de terra disponível por qualquer razão.

No sistema da exploração camponesa, o nível dos preços da terra não depende apenas do mercado dos produtos agrícolas e da lucratividade da cultura em função do estado desse mercado; depende sobretudo do aumento de densidade da população rural local. Os estudos do Prof. V. Kosinskii sobre o movimento do preço da terra e dos arrendamentos na Rússia, assim como os dados da mesma ordem contidos nos estudos do Prof. Laur sobre as explorações camponesas suíças, confirmaram que os camponeses que dispõem de pouca terra a adquirem por preços nitidamente superiores à renda capitalizada. Pode, pois, considerar-se que estes dados constituem uma verificação empírica da nossa proposição teórica.

É extremamente interessante observar que outras categorias económicas dependentes entre si, tais como a taxa de juro sobre o capital, se comportam de maneira análoga no sistema económico baseado no trabalho familiar. É evidente que a exploração baseada no trabalho familiar só tem vantagem em investir em capital se isso lhe permite atingir um nível superior de bem-estar; de outro modo, ela restabelece o equilíbrio entre a fadiga devida ao trabalho e a satisfação da procura.

Sempre que uma previsão de novas despesas em capital promete um aumento da prosperidade, seja por meio de uma maior produtividade do trabalho, seja por meio da extensão das superfícies, a família pode pagar um juro extraordinariamente elevado pelo capital necessário. Todavia, esse juro não deve ser tão alto que anule as vantagens trazidas pelo novo investimento em capital. São, por um lado, a procura resultante da situação momentânea e, por outro, a oferta de capital disponível nesse mesmo momento que determinam o preço de mercado, sob a forma de juro normal dos empréstimos durante esse período.

Por outras palavras, o que ficou dito leva-nos a supor que a «circulação do capital» na exploração familiar não traz um rendimento do capital que constituiria uma forma de rendimento especial e objectivamente disponível; ela apenas exerce uma influência importante sobre o produto do trabalho e, por conseguinte, sobre o rendimento do produto do trabalho único e indivisível, assim como sobre o momento crítico do equilíbrio económico interno. O nível normal da taxa de juro fixada pelo mercado não é determinado pelo movimento global dos capitais produtivos no país, que não se conforma evidentemente com a fórmula marxista clássica $D-M-D'$ ⁵, mas apenas pela situação da procura e da oferta no sistema de crédito respeitante a esta parte do capital nacional.

⁵ A fórmula $D-M-D'$ provém do Livro I de *O Capital*, de Marx, 2.^a parte, capítulo 4. D representa a moeda [dinheiro], M os bens [mercadorias] e D' a soma avançada originalmente mais um aumento. [Nota da tradução francesa].

Na exploração familiar, a circulação interna do capital apresenta também características particulares. Se a família procura não pedir emprestado a estranhos, terá então de considerar não só que cada despesa em capital útil à exploração — seja pela formação de novo capital, seja pela renovação — é vantajosa, mas também que, para satisfazer tal despesa, a família terá de retirar do seu rendimento, o que será, evidentemente, feito à custa do consumo imediato. Naturalmente, isso não será possível se o valor, em termos de consumo, da soma prevista para as despesas de produção parecer inferior, na avaliação da família, ao valor dessa mesma soma em termos de produção ⁶.

É evidente que quanto mais considerável é o produto, mais facilidade tem a família de retirar daí os meios de formar capital. Quando a situação é difícil, devido às más colheitas ou ao estado desvantajoso do mercado, não é fácil para a família retirar da sua magra remuneração uma parte normalmente destinada ao consumo e utilizá-la na formação de novo capital ou, simplesmente, na renovação corrente do capital circulante.

A propósito do sistema de exploração baseado no trabalho familiar, ou, por outras palavras, a propósito da estrutura económica de uma sociedade em que a produção provém de explorações camponesas ou artesanais e em que está ausente a instituição do trabalho assalariado, podem-se portanto definir as seguintes categorias:

1. A remuneração única e indivisível do trabalho familiar, que reage sobre os factores que contribuem para formar a renda ⁷.
2. O preço das mercadorias.
3. A reprodução dos meios de produção (formação de capital no seu sentido mais amplo).
4. Os preços do capital na circulação do crédito.
5. O preço da terra.

Chegar-se-á a uma imagem ainda mais específica se complicarmos a forma da exploração familiar estudada até aqui supondo que a categoria dos preços de mercado não existe, isto é, que não há troca de mercadorias. À primeira vista pareceria que a exploração familiar perfeitamente natural não deveria ser cenário de quaisquer fenómenos económicos. Mas, se examinarmos a questão mais de perto, apercebemo-nos de que não é assim. Parece-nos possível detectar toda uma série de relações sociais e económicas no bloco social e económico constituído por várias explorações inte-

⁶ O confronto e a comparação das avaliações subjectivas, em termos de produção e de consumo, da unidade n do produto do trabalho constituem um dos problemas mais complicados da teoria da exploração familiar. Este problema é tratado em pormenor no capítulo 4.º do meu livro *Die Lehre von der bauerlichen Wirtschaft* (Berlim, P. Parey, 1923). Nessa análise tomámos como medida do valor em termos de produção o grau de fadiga originada pelo trabalho que tem de ser suportado se a unidade n de rendimento não for empregue na formação ou renovação do capital.

⁷ Colocamos este rendimento único e indivisível no número das categorias económicas, pois é determinado não só por factores técnicos, como ainda por todo um conjunto de factores sociais: o desenvolvimento de um nível habitual e tradicional da procura, a densidade da população e, por último, os factores particulares que concorrem para a formação da renda. (*Nota do autor*)

ramente baseadas no trabalho familiar e que satisfazem as suas necessidades *in natura*. Tais relações dominam a organização de cada exploração tomada isoladamente e uniformizam a sua estrutura de produção.

Com efeito, a estrutura económica interna e privada das explorações familiares individuais em regime de subsistência é semelhante à das explorações que praticam a troca de bens, com a ressalva de algumas particularidades que dizem respeito ao cálculo das possibilidades de lucro indicadas no início deste artigo. A mesma noção de possibilidade de lucro constitui o factor determinante; torna-se ainda mais evidente que é impossível aplicar a fórmula de lucro de uma empresa capitalista. O equilíbrio económico entre a satisfação da procura e a fadiga devida ao trabalho determina-se também da mesma maneira. O mesmo se pode dizer da formação e renovação dos meios de produção. Mesmo na ausência do factor renda devido à localização do mercado, as diversas condições pedológicas e climáticas introduzem, sem dúvida, no sistema da unidade económica de subsistência algo de semelhante a uma renda.

No que respeita à estrutura da exploração natural de subsistência, a constatação importante a fazer é a seguinte: a intensidade e as formas de organização da cultura dependem, numa larga medida, da quantidade de terra utilizável, da dimensão da família trabalhadora⁸ e da importância da sua procura, ou seja, factores internos: dimensão e composição da família, relação entre tais elementos e a quantidade de terras cultiváveis. Assim, a densidade da população e as formas de utilização tornam-se factores sociais extremamente importantes que determinam de maneira fundamental o sistema económico. Outro factor social, menos importante, mas mesmo assim essencial, é o nível de vida tradicional, fixado pelos costumes e pelo hábito: é ele que determina a extensão das exigências do consumo e, a partir daí, o esforço de trabalho consentido.

Por outras palavras, se isolarmos, através do pensamento, uma parte da economia natural e analisarmos este bloco social e económico, vemos que, apesar da ausência de relações mútuas e da dissociação económica das unidades individuais, um certo número de processos económicos operam neste conjunto, sendo o principal o factor demográfico: densidade da população e migrações. Estes dois últimos elementos regulam a utilização das terras, o nível de prosperidade e, por conseguinte, a quantidade (sempre variável) de capital acumulado e da matéria colectável da população considerada. Capital e possibilidades colectáveis constituem a base sobre a qual se pode organizar o Estado e a cultura de uma nação.

Independentemente dos factores demográficos, as regiões mais prósperas surgem onde os elementos da renda, tais como a qualidade do solo, são particularmente eficazes. Estudos empíricos levados a cabo em países agrícolas que vivem parcialmente em economia natural mostram que a coacção não-económica — na falta de uma influência reguladora e de

⁸ *Labour family, die Arbeitsfamilie, Trudovaya Sem'ya*: família que constitui uma unidade económica e que só utiliza o seu próprio trabalho, sem recorrer ao trabalho assalariado. Esta unidade familiar tanto se pode ocupar de agricultura como de artesanato.

uma coacção económica nascidas do mercado — se torna muito importante; toma a forma de um controlo administrativo da utilização das terras e, por vezes, de movimentos migratórios acompanhados de violência.

Assim, mesmo num país cuja estrutura é a de uma economia absolutamente natural, podemos encontrar as seguintes categorias económicas e sociais que determinam a estrutura das unidades económicas individuais:

1. O produto indivisível do trabalho familiar, constituído tendo em conta:
 - a) a densidade da população;
 - b) o nível habitual da procura tradicional;
 - c) a capacidade de engendrar uma renda, própria aos bons solos e às condições climatéricas favoráveis.
2. A capacidade da população para formar capital e o carácter sujeito a imposto deste capital, tendo em conta o nível de prosperidade.
3. As disposições económicas e políticas que emanam do poder estatal, que controla, pela coacção extra-económica, o modo de utilização das terras e as migrações populares.

Em contraste total com o sistema económico familiar, depara-se-nos outro tipo de economia a que também falta a categoria do salário: o sistema económico da escravatura. A diferença surge nitidamente quando confrontamos a estrutura das unidades económicas próprias a cada sistema na base da sua morfologia económica específica. O camponês e o artesão trabalham de maneira independente e são inteiramente responsáveis pela sua produção e pelas suas outras actividades económicas. Dispõem totalmente do produto do seu trabalho e são levados a fornecer tal trabalho pela procura das suas famílias, a cuja satisfação só a fadiga devida ao trabalho opõe um limite. Nenhum destes factores surge na economia escravagista.

O escravo participa num processo de produção dominado por uma vontade estranha; não passa de um utensílio cego e não tem o direito de dispor do produto do seu trabalho. É levado a fornecer uma certa prestação de trabalho sob a ameaça de punições e a sua procura é satisfeita segundo a vontade do proprietário e na medida em que unicamente isso é indispensável para manter a sua capacidade de trabalho.

A manutenção dos escravos só é racional para o empresário proprietário se tirar dela um excedente real uma vez deduzido o custo dessa manutenção. Depois da venda no mercado, esse excedente constitui o rendimento objectivo tirado dos escravos. Niebuhr fez notar que a instituição da escravatura só surgiu quando a força produtiva do trabalho humano se desenvolveu suficientemente para que esse excedente real pudesse ser obtido.

As despesas de manutenção dos escravos são determinadas pelas normas fisiológicas e pelo tipo de trabalho exigido; não se pode fazer delas uma categoria económica atrás da qual se dissimulariam relações sociais e económicas complexas, análogas às relativas à categoria do salário. Consequentemente, o escravo pouco difere dos animais de trabalho no que

respeita à organização da empresa, desde que negligenciemos as normas éticas que modelam a vida patriarcal (cuja importância é notável, por exemplo, no escravagismo muçulmano).

Tal como acabámos de as definir, as características particulares da organização económica privada de uma empresa escravagista afectam toda uma série de categorias económicas fundamentais. O proprietário de escravos recebe, a título de rendimento, uma certa soma depois de ter deduzido do produto bruto da sua empresa os custos materiais de produção e as despesas de manutenção dos escravos. Uma vez deduzido o juro habitual, calculado sobre o investimento em capital fixo e circulante (mas não sobre o valor dos escravos, o que resta pode ser imputado à utilização dos escravos.

Na sociedade capitalista, este resíduo atribuído ao trabalhador equivaleria à parte do seu salário que excedesse o valor da alimentação, vestuário e alojamento fornecidos em géneros pelo empresário. No sistema de economia escravagista, a parte do produto imputada economicamente ao trabalho servil não é retirada pelo escravo, mas pelo seu dono, devido ao direito que este possui sobre ele; isto torna-se uma nova espécie de rendimento não ganho, que é efectivamente a razão de ser da escravatura.

Tal rendimento não é apenas uma simples norma técnica, comparável ao custo de manutenção dos escravos; é determinado pela estrutura complexa de toda uma série de relações económicas e sociais. É uma categoria económica que constitui a renda dos escravos recebida pelo dono com base no seu direito de propriedade. Se a unidade económica escravagista é agrícola, o rendimento não ganho tirado da propriedade dos escravos aumenta à medida que as condições de produção e de transporte se tornam mais vantajosas. Visto o escravo e a sua prestação de trabalho se manterem idênticos, e dado que o rendimento do dono dos escravos não diminuiria se aqueles escravos fossem substituídos por outros, o rendimento suplementar que aqui estamos a examinar não pode ser ligado ao facto de possuir escravos enquanto tal, mas sim à qualidade do solo ou a uma situação vantajosa do ponto de vista do mercado: deve, pois, ser considerado uma renda diferencial vulgar. Na medida em que seja possível obter resultados técnicos idênticos que se baseiem no trabalho servil e no trabalho assalariado, essa renda económica corresponderá quantitativamente à da agricultura capitalista.

Assim, todas as categorias sociais e económicas da economia capitalista podem conservar o seu lugar no sistema teórico da economia escravagista; é preciso substituir a categoria «renda dos escravos» à categoria «trabalho assalariado». O proprietário de escravos apropria-se da renda dos escravos e o seu valor capitalizado equivale ao preço do escravo encarado como fenómeno objectivo de mercado.

A determinação quantitativa da renda dos escravos baseia-se na produtividade do uso desses mesmos escravos, de modo análogo à determinação do salário pela produtividade do trabalhador marginal, tal como a calculam os teóricos anglo-americanos nos seus sistemas. A determinação quantitativa do preço do mercado para um escravo é um pouco mais complicada. Já fizemos notar que esse preço tende a alinhar-se pela renda capitalizada do escravo marginal.

Em certo sentido, isso constitui o preço de procura, enquanto o custo directo de produção do escravo⁹ constitui o preço de oferta. Deste ponto de vista, podem-se distinguir dois sistemas de economia escravagista:

1. Um sistema em que a oferta de escravos é alimentada, no decurso de guerras entre povos estrangeiros, pela captura de escravos já adultos. A exploração do seu trabalho é completa e leva a uma rápida destruição; por outro lado, evita as despesas ligadas à formação das crianças (reprodução) e à manutenção prolongada dos adultos.
2. Um sistema em que a oferta é naturalmente alimentada pela reprodução dos escravos no seio da própria família escrava; isto implica despesas, bem entendido, em ligação tanto com a formação da nova geração, como com as reduções do grau de exploração da força de trabalho escrava, em particular as mulheres.

No primeiro caso, o custo directo da produção de escravos é o custo da captura; no segundo, o custo directo resulta da criação e educação das crianças e é, em geral, muito mais elevado. Durante os períodos históricos favoráveis à captura de seres humanos através da guerra — como, por exemplo, na Roma antiga, nos antigos estados do Médio Oriente e mesmo, durante as primeiras décadas, na América-espanhola —, o custo directo, ou custo de produção dos escravos, era muito baixo. Uma vez capitalizada, a renda habitual dos escravos ultrapassava muito o seu custo. A prova está no preço elevado que atingiam no mercado as licenças de escravos da coroa espanhola, através das quais se estabeleciam as autorizações de captura e de importação de escravos durante o primeiro período da importação dos Negros para a América.

O material humano era barato, o que permitia a sua apropriação em quantidades crescentes, permitindo igualmente a utilização de escravos com uma produtividade do trabalho decrescente, até ao ponto em que, evidentemente, a renda regularmente decrescente dos escravos se tornava igual ao custo directo da sua aquisição. Este factor determinava o preço de mercado dos escravos e a extensão de uma economia baseada na escravatura. Quando a frequência dos ataques esgotou as fontes de captura violenta, o custo directo de aquisição aumentou; o preço de mercado dos escravos aumentou rapidamente e muitos usos do escravo produtivo de uma pequena renda deixaram de ser lucrativos e tiveram de ser pouco abandonados. O resultado disso foi a economia baseada na escravatura perder a sua extensão.

Disto tudo podemos concluir que um importante factor de declínio do antigo sistema da escravatura foi o seguinte: a guerra e a captura tiveram de ser abandonadas enquanto fonte de aprovisionamento de escravos e substituídas por uma produção pacífica baseada na reprodução natural. A antiga unidade económica teve então de enfrentar custos directos mais elevados, que em breve ultrapassaram a renda capitalizada do escravo.

⁹ Na versão inglesa: *prime cost*. A distinção entre *supplementary* e *prime cost* coincide praticamente com a de custos fixos e variáveis. Os *supplementary costs* designam o custo necessário à sobrevivência da empresa, mesmo quando a produção for nula. Os *prime costs* são as despesas directamente feitas com a produção. (*Nota da tradução francesa*).

Seja como for, o preço dos escravos, enquanto fenómeno sujeito às leis do mercado, é uma categoria objectiva que determina a produção de escravos num cálculo económico privado. É evidente que a unidade económica baseada na escravatura, do ponto de vista privado, não pode ser considerada vantajosa se a produção de escravos não der lugar a um produto líquido igual, pelo menos, à renda dos escravos objectivamente existente durante o período considerado e que se manifesta, através do mercado, no preço dos escravos.

Temos de sublinhar também que a escravatura, ou, para falar mais geralmente, a redução de seres humanos à servidão, se apresenta, enquanto fenómeno económico, sob variadas formas, que diferem muito umas das outras. Assim, a servidão russa caracterizada pelo *obrok*¹⁰ difere muito do sistema descrito acima. O *obrok* traduz uma combinação particular entre a exploração baseada no trabalho familiar e a exploração baseada na escravatura. Nessa medida apresenta um extraordinário interesse teórico.

A exploração de um camponês sujeito ao *obrok* estava organizada segundo o modo habitual da exploração baseada no trabalho familiar. A família trabalhadora afectava inteiramente a sua força de trabalho ao trabalho agrícola ou a qualquer outra actividade económica. Porém, através de uma coacção extra-económica, a exploração familiar ficava obrigada a entregar ao seu proprietário uma porção exacta do produto do trabalho da família. Esta porção designava-se *obrok* e representava a renda dos servos.

Apesar de certas similitudes entre a situação jurídica do servo e a do escravo, as estruturas económicas da unidade económica esclavagista, por um lado, e da unidade económica baseada na servidão, por outro, são de natureza absolutamente diversa. O *obrok* não coincide nem quantitativa nem qualitativamente com a renda dos escravos.

Na sua estrutura económica privada interna, a exploração de um servo sujeito ao pagamento do *obrok* não difere em nada da exploração baseada no trabalho familiar que já conhecemos. Neste regime, a família dirige a sua própria exploração sob a sua responsabilidade e dispõe do produto. A família é levada, pelas suas necessidades, a intensificar a sua capacidade de trabalho e a quantidade de produto é determinada por um equilíbrio, próprio da exploração baseada no trabalho familiar, entre a fadiga devida ao trabalho (para o conjunto da família) e o grau de satisfação da procura. No sistema do *obrok*, todavia, há factores extra-económicos que cons-

¹⁰ *Quitrent* na tradução inglesa, isto é, renda fixa pagável a um senhor feudal em vez de certos serviços. Em francês, *cens* [em português, *censo*]. Como não se trata de equivalentes, preferiu-se conservar o termo russo (*Nota da tradução francesa*).

O direito russo sobre a servidão distinguia três espécies de servos: primeiro, os criados (*dvorovye*), destinados a satisfazer as necessidades do próprio proprietário e da sua família em termos de serviço doméstico pessoal; sem cultivarem explorações pessoais, podiam ser empregados no domínio se a casa o possuísse; segundo, outros servos deviam uma corveia (*barshtchina*), isto é, geriam as suas próprias explorações, mas tinham, ao mesmo tempo, de prestar certos serviços nas terras ou no solar do senhor em determinados dias da semana; finalmente, outros eram sujeitos ao *obrok*, isto é, camponeses que utilizavam a sua força de trabalho na sua própria terra, mas eram obrigados a entregar ao proprietário uma parte do produto. [Segundo o modelo de Marx, o *obrok* não se distinguiria fundamentalmente da renda em géneros, situada, na sua cronologia teórica da transformação da renda feudal em renda fundiária capitalista, entre a renda paga em trabalho (corveia, *barshtchina*) e a renda paga em dinheiro.]

tragem a família a atingir esse equilíbrio de maneira a que o produto obtido satisfaça não só a sua própria procura, mas também o *obrok* pagável ao proprietário.

A procura de valores materiais [valores de uso] é, portanto, mais forte do que na exploração dos camponeses livres. Por conseguinte, o equilíbrio entre a fadiga devida ao trabalho e o grau de satisfação da procura é atingido graças a uma auto-exploração do trabalho muito superior dos camponeses livres. Contudo, o *input* de trabalho suplementar que acaba de ser mencionado não fornece um produto adicional suficientemente grande para pagar o *obrok*; este deve, pois, ser pago mediante a diminuição da satisfação da procura familiar. Em consequência disso, a família sujeita ao *obrok* possui um nível de bem-estar inferior ao da família camponesa livre.

Ao pagar o *obrok* ao proprietário fundiário graças a um trabalho maior e a uma menor satisfação da sua procura, a exploração baseada na servidão cria uma outra categoria económica: o rendimento não ganho tirado da propriedade dos servos, a renda dos servos. Se se negligenciar este pagamento de uma renda, a exploração sujeita ao *obrok* corresponde ponto por ponto a uma vulgar exploração baseada no trabalho familiar e caracterizada por todos os aspectos de organização enumerados acima.

Se nos quisermos voltar para o factor que determina o montante do *obrok*, temos de começar por examinar a sua natureza particular. O nível de uma renda obtida por meio de uma coacção extra-económica é determinado pela vontade do proprietário. É do seu interesse maximizar a renda; a única barreira natural é o perigo de a exploração dos servos ser arruinada e perder, assim, as suas capacidades de pagamento.

O nível do *obrok* pode ser considerado normal enquanto for pago pelos servos graças a maiores *inputs* de trabalho ou a uma diminuição do seu consumo, mas não em detrimento da manutenção e da renovação necessárias do capital. Se a pressão do *obrok* põe termo à renovação do capital da exploração, o sistema começa a destruir as suas próprias raízes.

As explorações sujeitas ao *obrok* que se encontram, do ponto de vista da formação das rendas, em condições relativamente favoráveis são, evidentemente, capazes de pagar somas muito mais elevadas aos proprietários fundiários. Tal aumento do *obrok* não pode ser atribuído aos *inputs* de trabalho humano, mas sim ao solo; constitui portanto uma renda diferencial vulgar.

Num mercado livre da terra e dos servos, a parte do *obrok* imputável ao solo e que constitui a renda derivada do solo é capitalizada e dá o preço da terra; o resto, imputável ao trabalho dos servos e formando a renda dos servos, é capitalizado e dá o preço de mercado dos servos. Parece desnecessário demonstrar que a renda tirada dos servos é determinada pela aptidão do camponês marginal, produzindo em condições desfavoráveis, para pagar o *obrok*, enquanto a renda diferencial, nas mesmas circunstâncias, é determinada pela diferença entre a aptidão do camponês marginal para pagar e a de qualquer outra exploração camponesa. Tendo em conta a grande diferença qualitativa entre os processos segundo os quais o *obrok* e a renda dos escravos se formam e são pagos; tendo ainda em conta a diferença entre a organização produtiva da exploração de grandes dimensões baseada na escravatura e a da pequena unidade cultivada pelos servos, não podemos esperar que a renda dos escravos e a dos servos sejam quantitativamente iguais.

As diferenças entre o processo de formação do preço dos servos, por um lado, e do preço dos escravos, por outro, são ainda maiores. Já sublinhámos que o custo directo de aquisição dos escravos desempenha um papel considerável na formação do seu preço. No caso de uma exploração servil sujeita ao *obrok*, porém, o proprietário não suporta custos económicos relativos à reprodução do material humano. O número de servos não é, portanto, determinado pelo equilíbrio entre o produto marginal dos servos e o custo marginal directo, como é o caso da exploração baseada na escravatura; o aumento por via da procriação e, por conseguinte, o número dos servos, depende dos próprios servos. Em consequência disso, as capacidades de pagamento do servo marginal, isto é, a renda do servo marginal, são determinadas pelo número de servos num dado país e numa época dada.

O que se disse até aqui basta para uma descrição morfológica da exploração sujeita ao *obrok*. Confrontando este sistema com o tipo económico da exploração baseada na escravatura, podemos ter a certeza de que os dois sistemas diferem totalmente e são determinados, nas suas relações económicas, por elementos objectivos muito diferentes, apesar de algumas semelhanças jurídicas exteriores.

Este confronto torna evidentes, claramente, as diferenças fundamentais entre os dois tipos de economia. Cabe ainda observar que os dois sistemas diferem também quanto à sua concepção da lucratividade e do cálculo económico.

Categorias económicas nos sistemas da escravatura e do censo («obrok»)

| Escravatura | Censo (<i>obrok</i>) |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Preço das mercadorias. | 1. Preço das mercadorias. |
| 2. Capital avançado pelo proprietário de escravos e circulando sob forma capitalista no processo de produção (D-M-D + d). Uma parte deste capital equivale ao custo de manutenção dos escravos. | 2. Bens de capital possuídos pelos servos (a produção realiza-se segundo as formas próprias da exploração baseada no trabalho familiar); a categoria não é económica, mas natural. |
| 3. Custo de manutenção dos escravos (categoria não-económica, mas natural). | 3. Produto indivisível do trabalho familiar. |
| 4. Lucro do capital (juro). | 4. Juro do capital emprestado. |
| 5. Renda dos escravos. | 5. Censo dos servos. |
| 6. Preço dos escravos. | 6. Preço dos servos. |
| 7. Renda diferencial. | 7. Rendimento análogo a uma renda, recebido pelo proprietário devido ao efeito dos factores geradores de renda sobre o nível do censo. |
| 8. Preço da terra. | 8. Preço da terra. |

Na unidade económica baseada na escravatura, o empresário chega a uma forma praticamente inalterada de cálculo capitalista no que respeita

ao conceito de lucratividade da empresa. Sob a rubrica das despesas coloca, em vez dos salários, as despesas de manutenção dos escravos tais como estas são determinadas técnica e fisiologicamente. Divide o seu produto líquido em três partes: juro do capital, renda e renda dos escravos.

As coisas passam-se de maneira muito diferente na unidade económica sujeita ao *obrok*. Esta unidade caracteriza-se por uma certa heterogeneidade económica: o conceito de lucratividade próprio à família camponesa é o mesmo que encontramos na exploração baseada no trabalho familiar, mas quanto ao resto, o cálculo do senhor que possui terra e servos é tipicamente o de um *rentier* [proprietário fundiário beneficiário da renda] e exprime a busca de um investimento em capital tão rendoso quanto possível.

A diferença de natureza entre a exploração sujeita ao *obrok* e a exploração cultivada por escravos implica duas consequências económicas muito precisas. O proprietário de camponeses que pagam um *obrok* tem direitos de propriedade e direitos sobre a renda, mas, ao mesmo tempo, e diferentemente do empresário que dirige uma exploração de escravos, não possui uma unidade de produção própria. Isto surge claramente quando se considera a influência interessante exercida pelos factores demográficos sobre o *obrok*, enquanto na exploração escravagista a renda é independente desses factores.

Além disso, na organização da unidade económica baseada na escravatura, o número de escravos pode-se adaptar, e adapta-se efectivamente, à procura de trabalho óptima da unidade, isto é, ao grau óptimo de intensidade que assegure uma renda dos escravos máxima. Na unidade económica composta por servos, a relação entre a força de trabalho disponível e a quantidade de terra cultivada não pode ser orientada tão facilmente para um óptimo pelo proprietário da terra e pelo camponês, pois, salvo raras excepções, o movimento da população neste regime apresenta um carácter natural e elementar. Temos, portanto, aqui uma possibilidade de sobrepopulação relativa que, como já fizemos notar na nossa análise da exploração baseada no trabalho familiar, implica uma intensificação para além do óptimo e faz decrescer o nível de vida da população, assim como a sua capacidade de pagar o imposto [tributo].

Obtém-se assim o resultado seguinte: uma renda negativa de sobrepopulação que absorve em grande parte o censo. O único meio de sair desta situação é levar uma parte dos servos a abandonar a zona sobrepopulada e a colonizar regiões pouco povoadas. Neste caso, naturalmente, obtemos um aumento notável da renda dos servos produzida pela população transferida, visto esta última se encontrar agora numa relação óptima com a terra. O preço dos servos (resultante de uma capitalização da renda) aumenta ao mesmo tempo que a dita renda, o que torna extremamente vantajosa qualquer deslocação da população e qualquer movimento de colonização, tanto para o proprietário de uma zona produtora de censo como para os camponeses interessados.

Para concluir este confronto entre explorações servis e escravagistas, gostaríamos de insistir de maneira clara no seguinte facto: dada uma situação de mercado idêntica e as mesmas condições naturais e históricas, as rendas obtidas em cada um dos casos (escravatura e servidão) não têm sempre a mesma importância. Com efeito, o seu nível pode ser muito diferente. Para examinar em todos os seus pormenores este problema interessantíssimo, seria necessário analisar empiricamente abundantes materiais. Contentar-nos-emos em mencionar, a propósito desta diferença entre os

níveis de renda, que na época dos servos, na antiga Rússia, podemos reconhecer regiões onde predomina uma forma de economia baseada no *obrok* e outras caracterizadas por uma *renda em trabalho* [corveia], ou seja, economicamente, uma tendência para a organização económica baseada na escravatura. No decurso dos tempos, os limites geográficos destas regiões variaram segundo a pressão de numerosos factores. A renda dos servos foi superior ou inferior ao censo dos servos segundo as regiões e segundo as épocas; adaptando-se a essas mudanças, os proprietários fizeram suportar aos seus camponeses, segundo a situação do mercado, ou uma renda em trabalho ou um censo [renda em géneros].

A imposição de um sistema de feudos numa região de economia agrária natural, fenómeno frequente na história, apresenta um grande interesse para a análise teórica. É uma forma particular da economia feudal em que a camada de base dos produtores primários — camponeses tributários — continua a viver numa economia completamente natural e paga um tributo em géneros ao senhor feudal, enquanto os beneficiários do tributo — duques, condes, mosteiros, etc. — transformam em dinheiro, em mercados distantes, a renda económica e as rendas dos servos recebidas em géneros.

Neste sistema, com uma estrutura económica geral correspondente ao tipo de economia servil sujeita ao censo que acabámos de estudar, é particularmente interessante considerar a formação do preço dos produtos captados pelo senhor feudal, graças aos pagamentos em géneros, e vendidos depois em mercados distantes. Manifestamente, o elemento representado pelo custo de produção não pode desempenhar qualquer papel, a menos que se considere como custo directo de produção a manutenção de um dispositivo de coacção (extra-económica) que serve para recolher o tributo e suprimir a rebelião.

Sabemos que o proprietário de um servo que paga um censo e o senhor de um feudo pouco participam na organização concreta da produção. A quantidade de produtos que constituem a renda feudal é uma quantidade entregue em géneros, limitada pela capacidade específica da população dependente do domínio para pagar o tributo; tal quantidade não pode ser impunemente aumentada. Todavia, o senhor feudal pode, em certa medida, introduzir alterações na composição dos produtos captados à população sob a forma de pagamento em géneros. Tentará assim adaptar essa composição à situação do mercado. Todavia, dada a limitada flexibilidade das explorações camponesas, barreiras significativas opõem-se também a este género de intervenção económica do senhor feudal. Consequentemente, tais intervenções, assim como a intervenção do senhor sobre o mercado, estão quase sempre condenadas a serem passivas. Os preços das mercadorias pertencentes ao senhor não estão ligados à produção e estão na estrita dependência da receptividade do mercado. São preços que permitem liquidar uma quantidade dada de certos bens.

Dada esta forma de troca e ainda a sua forma monetária, a renda que se dirige para o senhor feudal, devido ao domínio de que ele é proprietário, depende não só das quantidades pagas em géneros, mas também da situação do mercado em que esses géneros são vendidos. As flutuações do mercado podem, se bem que as quantidades pagas em géneros sejam

constantes, influenciar favoravelmente ou desfavoravelmente a renda e, por conseguinte, o preço do domínio. A única actividade económica possível para um senhor feudal tem, pois, de se restringir a certas medidas económicas ou políticas que lhe pareçam aptas para aumentar a prosperidade dos seus rendeiros [foreiros] e, portanto, a respectiva capacidade de pagar o imposto.

A par destes cinco tipos principais de economia organizada de maneira não capitalista encontram-se no nosso passado económico e ainda hoje muitas outras formas, tanto independentes como de transição. Assim, na grande categoria da agricultura camponesa podemos distinguir:

1. A exploração baseada no trabalho familiar;
2. A que utiliza trabalho assalariado além do trabalho familiar, sem, no entanto, ir ao ponto de adquirir o carácter capitalista.

O estudo teórico deste último caso mostra que a presença da categoria *salário* altera em certa medida o conteúdo das categorias habituais da exploração baseada no trabalho dos membros da família, mas não as substitui inteiramente pelas categorias de uma exploração capitalista.

É certo que se tem de admitir também que o trabalho na época da servidão na Rússia não correspondia à escravatura no sentido da dos Negros na América, ou da escravatura no Mundo Antigo, ainda que se possam encontrar semelhanças; além disso, as leis que regem a renda em trabalho também não coincidem com as que apontámos para a exploração sujeita ao *obrok*. Também não podemos enquadrar a exploração antiga (*oikos*) num esquema correspondente a qualquer dos tipos puros estudados até aqui.

A progressão e o desenvolvimento actuais dos *trusts* na indústria capitalista, assim como as formas de capitalismo estatal ou municipal reconhecíveis desde os começos do século XX, não concordam, muito provavelmente, com o esquema elaborado pela teoria económica clássica e exigirão uma revisão dessas doutrinas. Complicações muito interessantes devem resultar também, para a teoria económica, do sistema de cooperativas agrícolas que evolui rapidamente sob os nossos olhos. Preferíamos, contudo, limitar-nos ao que já dissemos acima: a análise que acaba de ser feita de cinco tipos económicos diferentes basta para tornar clara a impossibilidade de aplicar as categorias habituais da economia política a todos os casos concretos. Este curto artigo não pode oferecer uma teoria completa das formas económicas não-capitalistas.

Temos de abrir uma excepção para um sistema económico que ainda não atingiu um estágio de realização completa, mas que chamou em larga medida a atenção dos teóricos modernos. Estamos a pensar no colectivismo de Estado ou comunismo: por um lado, quanto ao modo como os seus fundamentos foram elaborados nos tratados teóricos económicos e, por outro, quanto às tentativas de realização concreta que tiveram lugar em diferentes momentos da história humana.

Infelizmente, na sua crítica da sociedade capitalista, Marx e os mais importantes dos seus discípulos não desenvolveram em parte nenhuma, de uma maneira completa, os fundamentos positivos da estrutura de organização de uma economia socialista. Temos portanto de tentar nós próprios

construir a teoria de tal estrutura, tomando como ponto de partida certas observações de Marx na *Miséria da Filosofia*, alguns estudos de N. Bukárin e E. Varga e sobretudo as ideias que inspiraram as tentativas concretas de criação de uma sociedade comunista em diversos Estados europeus durante o período de 1918 a 1920.

Segundo essas tentativas, o comunismo é um sistema económico no qual todos os fundamentos económicos da sociedade capitalista — capital, juro, salário, renda — são totalmente eliminados, ao mesmo tempo que o aparelho tecnológico da economia moderna é preservado e mesmo melhorado.

Na ordem económica comunista, a economia nacional é concebida como uma única e poderosa unidade económica pertencente a todo o povo. A direcção desta unidade depende da vontade do povo, através do canal dos órgãos do Estado, e este administra a unidade económica segundo um plano unificado que utiliza plenamente todas as possibilidades técnicas e todas as condições naturais favoráveis.

Uma vez que a economia é concebida como uma unidade única, a troca e o preço desaparecem do sistema enquanto fenómenos sociais objectivos¹¹. Os produtos manufacturados deixam de constituir valores dotados de significado no plano monetário ou no plano da troca: não são mais do que bens distribuídos segundo um plano estatal de consumo. Toda a economia deste regime se reduz à elaboração de planos de consumo e de produção e ao estabelecimento de um equilíbrio entre os dois.

Como na exploração familiar, o dispêndio de trabalho social é, evidentemente, levado aqui ao ponto em que o equilíbrio entre a fadiga devida ao trabalho e a satisfação da procura social foi atingido. É claro que este ponto é fixado pelos órgãos do Estado que estabelecem os planos de produção e de consumo e têm de harmonizar esses planos. Dado que o nível de vida de cada trabalhador é determinado pelo Estado e, considerado isoladamente, não tem qualquer relação com o produto do trabalho do interessado (a quantidade produzida), este trabalhador deve ser incitado ao trabalho pela consciência moral, por sanções estatais e talvez mesmo por um sistema de recompensas.

Diferentemente dos sistemas económicos que temos vindo a considerar até aqui, os quais podem existir de maneira puramente automática e elementar, uma ordem económica comunista requer, para se manter e concordar com o plano do Estado, um esforço social contínuo e, para prevenir o nascimento de actividades económicas não previstas no plano, um certo número de sanções económicas e não económicas. De acordo com estas proposições, não introduziremos no sistema do comunismo de Estado qualquer das categorias económicas que servem para a análise dos sistemas considerados acima. Uma só excepção: o processo — puramente técnico — de produção e reprodução dos meios de produção.

A nossa apresentação, que desvenda a morfologia do sistema, contribui pouco para a compreensão da sua dinâmica, mas esta última tarefa é sem dúvida impossível enquanto se não puder observar o funcionamento

¹¹ Os impostos não constituem preços no sentido de fenómeno objectivo sujeito às suas próprias leis. (*Nota do autor*).

do regime e os teóricos não tiverem elaborado uma teoria desenvolvida da organização ¹².

Se resumirmos os resultados da nossa análise, obtemos o quadro dado no fim deste artigo, o qual mostra para cada um dos diversos sistemas económicos estudados quais as categorias ausentes e presentes. Tendo resumido nesse quadro os sistemas de categorias económicas apresentadas, podemos deduzir da nossa análise certas conclusões teóricas.

Em primeiro lugar, temos de aceitar como indiscutível o facto de a forma capitalista actual da economia representar apenas *um* caso particular da vida económica e que a validade da disciplina científica chamada economia política, tal como a concebemos hoje, isto é, baseada na forma capitalista e destinada a estudar essa forma, não pode e não deve ser estendida a outras formas de organização da vida económica. Uma tal generalização da teoria económica moderna, praticada por alguns autores contemporâneos, engendra ficções e obscurece a nossa compreensão da natureza das formações não-capitalistas e da vida económica de outrora.

Certos círculos científicos tomaram, evidentemente, consciência de tudo isso, e muitas vezes se achou necessário construir uma teoria económica universal cujos conceitos e leis abarcariam todas as formações possíveis da vida económica dos homens. Tentaremos a seguir esclarecer se será possível construir tal teoria e se ela constituiria um utensílio indispensável para o conhecimento científico.

Comparemos primeiro os diversos tipos de formação económica estudados acima e enumeremos os princípios e os fenómenos que lhes são comuns. Encontraremos cinco:

1. A necessidade de equipar a força de trabalho humana com diversos meios de produção, com vista a organizar esta última, e de afectar uma parte da quantidade produzida anualmente à formação e à reprodução dos meios de produção.
2. A possibilidade de aumentar consideravelmente a produtividade do trabalho aplicando o princípio da sua divisão, tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista social.
3. A possibilidade de fazer funcionar a agricultura, com diferentes níveis de esforço em trabalho e segundo diferentes modalidades de concentração dos meios de produção por unidade de área, e de

¹² Parece-me que temos de esperar que nasça uma teoria da organização para obtermos resposta às três perguntas seguintes, cujas soluções poderiam tornar mais específicos os elementos do mecanismo da economia socialista:

- a) Com que método e segundo que princípios se determinará o grau de esforço social e o nível de satisfação da procura, assim como o equilíbrio entre os dois, quando se estabelecerem os planos estatais de produção e consumo?
- b) Com que meios será o trabalhador individual incitado ao esforço, de maneira que não considere intolerável a prestação que se espera dele segundo o plano de produção e que forneça realmente tal prestação?
- c) Que medidas permitirão impedir, na sociedade socialista, o perigo representado pela criação, na base das novas relações de produção, de uma nova estratificação de classes que engendre formas de distribuição do produto nacional susceptíveis de privar todo o regime dos elevados ideais dos seus inícios?

Se não se resolvem estes problemas, não se pode descrever o regime da economia socialista senão sob o seu aspecto morfológico mais global. (Nota do autor)

aumentar a quantidade produzida por unidade de área e por unidade de trabalho intensificando a actividade agrícola. Deve-se entrar em conta com o facto de o produto não aumentar tão depressa como os *inputs* de trabalho e de meios de produção.

4. O aumento da produtividade do trabalho e da quantidade produzida por unidade de área resultante de uma melhor qualidade [maior fertilidade] do solo, de uma configuração mais favorável das áreas e de melhores condições climáticas.
5. Dado um nível relativamente elevado da produtividade do trabalho humano, a possibilidade para um trabalhador de produzir durante um ano de trabalho uma quantidade de bens superior à necessária para manter a sua força de trabalho e assegurar à família os meios de vida e de reprodução. Esta situação pré-condiciona qualquer desenvolvimento da sociedade e do Estado.

Se examinarmos atentamente estes cinco princípios universais da actividade económica humana, observamos que todos eles são fenómenos naturais e técnicos. Trata-se aqui da economia das coisas (*in natura*).

Estes fenómenos, se bem que frequentemente ignorados pelos teóricos da economia e considerados por eles como interessando apenas do ponto de vista da produção técnica, são extremamente importantes. Actualmente, no caos do pós-guerra, o seu significado global surge de maneira particularmente clara, pois a complexa estrutura do aparelho económico da sociedade capitalista foi destruída e a moeda perdeu a sua capacidade de exprimir o valor de maneira estável e abstracta.

Os cinco princípios que acima pusemos em evidência não contêm elementos que permitam *avaliar* as coisas. Se essa avaliação se tornasse possível e se ela fundamentasse o fenómeno económico e social do valor objectivo, todas as coisas adoptariam, por assim dizer, um segundo modo de existência. Tornar-se-iam valores e o processo de produção adquiriria, além da expressão *in natura*, a nova expressão *in valore*.

Só então surgiriam todas as categorias económicas que enumerámos acima. Reunir-se-iam então, de acordo com a estrutura social e jurídica da sociedade, para formar um dos sistemas económicos de valor que analisámos. O sistema baseado no valor, com as suas categorias, toma o passo relativamente ao processo natural anterior de produção e submete todas as coisas ao cálculo económico em termos de valor.

Pela sua natureza, cada um daqueles sistemas é perfeitamente específico. Se lhes quiséssemos aplicar uma mesma teoria universal, desemboçaríamos unicamente em doutrinas gerais vazias de qualquer conteúdo, como, por exemplo, a fórmula exagerada que se refere ao «tipo ideal» e segundo a qual em todos os sistemas a unidade económica procura obter o maior efeito possível com um mínimo de *inputs*, ou outras formulações do mesmo género.

Parece, pois, muito mais indicado para a economia teórica construir uma teoria económica particular para cada regime económico. A única dificuldade é que, na vida económica, só muito raramente encontramos uma ordem análoga a uma cultura pura, para utilizar um termo tirado à biologia. Habitualmente, os sistemas económicos existem lado a lado e constituem aglomerados extremamente complexos.

Ainda hoje, importantes conjuntos de explorações camponesas baseadas no trabalho familiar estão presentes na economia capitalista mun-

Sistemas económicos

| Categorias económicas | Capitalismo | Economia familiar | | Escravidura | Servidão e Censo | Economia feudal (a) | | Comunismo |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------------|---------|-------------|------------------|---------------------|----------------|-----------|
| | | De mercadorias | Natural | | | Dos senhores | Dos camponeses | |
| Preço dos bens | + | + | — | + | + | + | — | — |
| Produto indivisível e único do trabalho familiar | — | + | + | — | + | — | + | — |
| Processos técnicos de produção ou de reprodução dos meios de produção | + | + | + | + | + | — | + | + |
| Capital avançado pelo empresário e circulando na produção segundo a fórmula D-M-D + d | + | — | — | + | — | — | — | — |
| Juro do capital (rendimento do proprietário fundiário) | + | + | — | + | + | + | — | — |
| Salários | + | — | — | — | — | — | — | — |
| Renda dos escravos ou dos servos | — | — | — | + | + | + | + | — |
| Preço dos escravos ou dos servos | — | — | — | + | + | + | — | — |
| Renda diferencial | + | + | — | + | + | + | — | — |
| Preço da terra | + | + | — | + | + | + | — | — |
| Plano de produção do Estado | — | — | — | — | — | — | — | + |
| Regulação por via de coacção extra-económica necessária à manutenção do regime | — | — | + | + | + | + | + | + |

(a) A economia feudal é uma simbiose entre a economia natural (baseada no trabalho) dos camponeses que pagam tributo e a orientação para a troca monetária dos senhores feudais vendedores de mercadorias. Esta economia tem portanto dois objectivos de natureza diferente e dois sistemas de categorias económicas cujos elementos não coincidem. Daí as duas colunas do quadro.

(b) A renda não se manifesta aqui enquanto categoria especial de rendimento independente; apesar disso, os factores de renda afectam o nível do produto indivisível e único do trabalho familiar.

(c) A renda é apresentada aqui enquanto categoria de rendimento económico, mas a sua génese difere da renda própria ao sistema capitalista.

dial. Formações económicas semelhantes aos tipos económicos da escravatura ou da feudalidade encontram-se ainda nas colónias ou nos países da Ásia. Se analisarmos o passado económico, encontramos ainda mais frequentemente, pode-se mesmo dizer constantemente, tais coexistências: umas vezes, início do capitalismo com o sistema feudal ou servil; outras vezes, a escravatura ao lado da servidão e da economia livre baseada no trabalho familiar, etc.

Em todos estes casos, cada sistema, visto ser fechado, só pode comunicar com os outros graças aos elementos económicos objectivos que possuem em comum, tal como se manifesta no nosso quadro dos sistemas económicos. Habitualmente, esse contacto produzia-se no plano dos preços do mercado de bens e da terra. Assim, por exemplo, da emancipação dos servos (1861) à revolução de 1917, a exploração camponesa familiar existiu na agricultura russa lado a lado com a empresa de grandes dimensões. Isso levava à destruição do capitalismo, pois os camponeses, com falta relativa de terra, pagavam mais pela terra do que a renda capitalizada da agricultura capitalista. Inevitavelmente, daí resultava a venda de grandes propriedades fundiárias aos camponeses. Inversamente, a elevada renda do solo que caracterizava as explorações capitalistas de criação de ovelhas na Inglaterra do século XVIII provocou a pilhagem dos foros camponeses, incapazes de pagar uma renda tão considerável aos proprietários.

Igualmente característica é a substituição da renda em trabalho pela renda em géneros, e inversamente, em certas épocas da servidão na Rússia. Esta substituição provinha do facto de a renda dos escravos ultrapassar o censo, ou vice-versa. Talvez seja de procurar a causa económica da abolição da servidão no facto de a renda da exploração capitalista, baseada no trabalho assalariado, exceder a renda dos escravos. Tais exemplos e outros análogos desfazem quaisquer dúvidas sobre a importância capital do problema da coexistência de diferentes sistemas económicos. Hoje, o nosso universo deixa a pouco e pouco de ser um universo europeu. À medida que a Ásia e a África entram cada vez mais na nossa vida e na nossa cultura, com as suas formações económicas particulares, somos constrangidos a mostrar interesse pelos problemas dos sistemas económicos não-capitalistas.

Não duvidamos, pois, que o futuro da teoria económica reside, não na construção de uma teoria única e universal da vida económica, mas na concepção de vários sistemas teóricos que correspondam à série de ordens económicas passadas e presentes e que dêem conta das formas de coexistência e de evolução próprias de cada uma dessas diferentes ordens.

(Tradução de Manuel Villaverde Cabral)